

III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ACERCA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Maria Juliana Tilio Benevenuto*
Polyana da Silva Coelho**

INTRODUÇÃO

A distribuição irregular da água em nosso planeta tem como consequência uma escassez deste recurso nas diversas regiões do mundo. Nas últimas décadas, a baixa qualidade dos recursos hídricos vem impossibilitando e até mesmo limitando seus usos múltiplos, e contribuindo para o surgimento e adensamento de conflitos.

Diversos exemplos de conflito podem ser apontados a partir dos diferentes usos desses recursos. Além dos conflitos causados pelas indústrias e pelas barragens, temos ainda os centros urbanos, que geralmente se desenvolvem próximos a cursos d'água, poluem e contaminam as águas com lançamento de esgotos domiciliares e resíduos sólidos, além de diminuírem o seu volume disponível para os ecossistemas a jusante. Tendo em vista que o meio ambiente é um bem social comum formado pela esfera pública, situando os conflitos nas relações sociais de obtenção dos bens naturais, e que a diferença de acesso a recursos naturais de qualidade para os vários segmentos da população é consequência das relações de dominação em nossa sociedade, pretendemos com a ajuda da Educação Ambiental compreender essa realidade, e, mais que isso, lutar por sua transformação, construindo um quadro de maior igualdade e justiça social.

METODOLOGIA

Este estudo constituiu-se de revisão da literatura sobre os conflitos existentes

* INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE/campus Centro – UPEA – Pós-Graduanda em Educação Ambiental

** INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE/campus Centro – UPEA – Pós-Graduanda em Educação Ambiental

E-mail para correspondência: poly.coelho@gmail.com



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

entre os setores usuários dos recursos hídricos. Para tanto, este trabalho se baseia na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97), que objetiva assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos (Artigo 2º), evidenciando o compromisso na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, preocupado com a igualdade de acesso aos recursos naturais entre as diferentes gerações no tempo, admitindo nossa responsabilidade face ao futuro do planeta e dos nossos descendentes (BRASIL, 1997). Uma das preocupações por nós elencadas foi a recuperação de ecossistemas lacustres, que pode ser motivada por diferentes razões, tais como: a) melhoria da paisagem; b) utilização do ecossistema como área de lazer; c) obtenção de água potável (através da retirada de algas que produzem sabor e odor desagradáveis); d) fins de aquicultura e; e) fins políticos. Assim sendo, o presente estudo pretende colaborar para a discussão de uma definição teórico-metodológica que oriente as ações de Educação Ambiental na conjuntura da concretização da gestão participativa dos recursos hídricos, com ênfase na resolução de conflitos socioambientais.

DISCUSSÃO

A utilização dos recursos naturais frequentemente gera conflitos de interesses individuais e coletivos (dilemas sociais), e estes conflitos invariavelmente continuam a existir ao longo do processo de elaboração de planos de manejo sustentável, tanto de curto como de longo prazo, independente destes conflitos serem ou não reconhecidos e levados em conta. A existência destes dilemas sociais no manejo de recursos tem sido negligenciada pelas autoridades que são responsáveis por elaborar os planos de manejo ambiental (Crance; Draper, 1996).

Os centros urbanos, que normalmente se desenvolvem próximos a cursos d'água, poluem e contaminam as águas. O lançamento de esgoto e a drenagem de terras cultivadas fertilizadas podem alterar fortemente o ciclo de nutrientes naturais causando a eutrofização, que é o aumento de forma exacerbada de matéria orgânica



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

gerando um desequilíbrio nesse ecossistema, pois os organismos decompositores consomem o oxigênio da água. Em suas piores manifestações, este tipo de poluição pode deplecionar o oxigênio em toda a coluna até a superfície, sufocando os peixes e outros organismos aeróbicos obrigatórios.

Todas essas atividades, entre outros impactos socioambientais, diminuem a disponibilidade imediata da água potável, superficial e subterrânea para o consumo seguro dos seres vivos, à medida que contaminam de modo sistemático os corpos d'água.

CONCLUSÃO

A demanda por recursos hídricos (consumo industrial, doméstico e irrigação) tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos, e dessa forma, vem decrescendo efetivamente a disponibilidade de água potável no mundo. Embora haja divulgação dessas previsões e as mesmas serem consideradas de conhecimento público, não tem ocorrido nenhuma mudança no uso dos recursos hídricos. Isso só comprova que a divulgação de informações não é suficiente para sensibilizar e causar mudanças de atitude com relação ao uso de recursos, requerendo a intervenção de práticas de Educação Ambiental direcionadas para a promoção da racionalidade e justiça social. Fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental, e na preponderância dos interesses de bem-estar comum sobre os interesses particulares, a ação coletiva juntamente com a conscientização, possibilitarão a diminuição dos conflitos acerca dos recursos hídricos, num quadro social de organização da sociedade civil, de forma consciente e voluntária. Dessa feita, a Educação Ambiental tem como função estimular a consciência crítica dos participantes sobre a problemática ambiental das bacias hidrográficas; contribuir conjuntamente com a comunidade local na discussão em busca de soluções da problemática ambiental para que esta cobre e exercite efetivamente sua cidadania; fomentar os trabalhos interdisciplinares no estudo dos problemas ambientais, além de fortalecer a importância do comitê



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

junto à comunidade como entidade de divulgação e discussão dos problemas ambientais locais. A Educação Ambiental ingressa nesta seara com o papel de promover uma efetiva mudança de valores e atitudes não apenas em relação ao meio ambiente, como também em relação aos próprios homens, deslocando as práticas sociais do individualismo para o cooperativismo.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, F. N. A.; BURSZTYN, M. A. A. *Conflitos pelo uso dos recursos hídricos*. In: THEODORO, S. H. (Org.). *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 53-69.

BASEILE, C. G. Environmental education as a catalyst for transfer of learning in young children. *The Journal of Environmental Education*, v. 32, n. 1, p. 21-27, 2000.

BRASIL. *Lei Federal no. 9433/97*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. 1997.

_____. *Lei Federal no. 9795/99*. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. 1999.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. Projeto Roda-Viva (org.). Instituto Ecoar para a Cidadania. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4., ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 1997, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: INESC, 1997. p. 129-132.

CRANCE, C.; DRAPER, D. Socially cooperative choice: an approach to achieving resources sustainability in the coastal zone. *Environmental Management*, v. 20, n. 2, p. 175-184, 1996.

DIAS, G. F. *Pedagogia ecológica e sustentabilidade humana*. São Paulo: Gaia, 2002. 257 p.

ESTEVES, Francisco de Assis. *Fundamentos de limnologia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 1998.

GRABAUSKA, C. J.; BASTOS, F. P. de. Investigação-ação educacional: possibilidades críticas e emancipatórias na prática educativa. In: MION, R. A.; RICKLEFS, R. E. A. 2010. *A Economia da Natureza*. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 546p

SAITO, C. H. (Org.). *Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores*. Ponta Grossa, 2001. p. 9-20.

_____. Política nacional de educação e construção da cidadania: desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, A.



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

(Org). *Educação Ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 47-60.

SALLES, P. S. B. A. *Comitês de Bacias Hidrográficas: legislação e implantação*. Fundação João Mangabeira, 2000.
Material didático para workshop: "A formação de comitês de bacias hidrográficas".

Instituição de Fomento: Instituto Federal Fluminense.

Trabalho de iniciação científica

Palavras-chaves: Educação ambiental. Utilização de recursos hídricos.

